

DO CABO DE SANTO AGOSTINHO AO SERTÃO: CONQUISTAS, PECUÁRIA E POVOAMENTO EM PERNAMBUCO NOS SÉCULOS XVI E XVII

Pedro Botelho ROCHA*

Introdução

Vemos ao longo do debate historiográfico, durante muito tempo, um dualismo teórico ao tentar construir alguns importantes aspectos do mundo colonial, sobretudo lusitano. Seus objetivos, seus métodos, suas ações e expectativas, tudo o que se insere no contexto da montagem desse sistema mercantilista no Novo Mundo. Identificamos o ponto de vista da subserviência da colônia, estritamente embasado no Pacto Colonial, onde a coroa portuguesa elaborou alterações administrativas para efetivamente ocupar o solo americano, ou seja, diferentemente do que ocorriam na África e nas Índias, onde se mostrou exitoso o empreendimento de feitorias comerciais, o Brasil deveria ser bem povoado à fim de atender aos anseios mercantilistas do Estado burguês lusitano. De forma breve, tais mudanças no aspecto exploratório serviriam unicamente para preservar os domínios ultramarinos e corresponder ao acúmulo do capital metropolitano. Tal maneira que a Colônia era incumbida de favorecer o comércio à sua Metrópole e sacrificar sua liberdade, em troca de proteção, como descreveu Montesquieu (apud MARQUES et al., 2010:83). Contrariando essa análise teórica, surge uma corrente que tenta revisar a ideia do Pacto como primeira estância para justificar a ocupação lusitana. Se o Brasil deveria obedecer, aos mínimos detalhes, as amarras coloniais, aplicadas no eterno fluxo de produção para a Metrópole, como encontramos um mercado interno, maturado pela pecuária e extração aurífera do século XVIII? A integração territorial também está atrelada a esta questão da fidelidade à metrópole. Este trabalho se justifica justamente por esta segunda base teórica, numa ótica direcionada ao Brasil, precisamente aos primeiros passos de uma autonomia lentamente a ser conquistada.

Procuramos dar sentido à ocupação de Pernambuco, no que tange a conquista da porção sul da capitania e o desenvolvimento da pecuária que se seguiu adiante. O que resultou economicamente e socialmente? Como podemos aliar estes acontecimentos ao cenário dos engenhos pernambucanos? Tentaremos elencar e responder, de forma concisa e satisfatória, essas e outras perguntas que podem surgir na tomada de conhecimento do povoamento ao sul da Nova Lusitânia.

Empregamos o termo “conquista” ao povoamento meridional da capitania de Pernambuco para melhor definir o que a empreitada representou de fato. As peijas entre portugueses e nativos foi, como sabemos, tema recorrente por todo o período quinhentista. Evidência mor para esta observação, encontramos no quinto item do Foral da Capitania de Pernambuco a necessidade de munir e preparar o colonizador contra o indígena, isentando a taxa de importação de qualquer item referente a armamento e munição. Caio Prado Júnior escreveu que, para o projeto mercantilista lusitano, o nativo não foi capaz de oferecer algo de favorável (2008:22) . O Brasil era “um território primitivo habitado por uma rala população indígena”. Certamente o gentio não contribuiu de forma satisfatória para o latifúndio da cana, ou mesmo

* Graduando em História na Universidade Federal de Pernambuco (p.botelho.historia@hotmail.com)

para a demanda da madeira de tinta. A resistência nativa se deu por vários anos e o conhecimento do território impulsionava os escapamentos. Não obstante, atender os objetivos comerciais da coroa portuguesa era algo um tanto inconcebível por parte da população autóctone, inserida num ritmo exploratório contradizente ao seu padrão de vida. As guerras justas – e injustas, também – inflamavam o cenário pernambucano, já não satisfaziam em números e foi chegado o tempo em que as lideranças indígenas mobilizaram-se para enfrentar o colonizador. É no seio desta querela indígena que acontece o desenrolar da marcha para o sertão.

1. Indígenas: conflitos, relações e assimilações

Abordar a temática do gentio desta terra é seguir por duas vias distintas: ou descreve-se a pluralidade do nativo, abrangendo uma vastidão cultural, ou aborta qualquer termo que destaque especificações. Assim como o negro, tratar do autóctone brasileiro é enveredar por uma ampla perspectiva, cheia de significações, espaços geográficos, desdobramentos linguísticos e culturais. Abrangê-las pode facilitar o estudo, é verdade, contudo nos pareceriam estranho o fato de relatar histórias sobre alianças e tratados distintos entre os próprios nativos e estes com os portugueses, como veremos a seguir. Consideramos abordar os principais pontos conjecturais da distinção indígena, respeitando seus limites na capitania de Pernambuco, onde o tronco tupi estava massivamente habitado.

A presença do colonizador na América foi paulatinamente marcada por pelejas e forçosas campanhas para expulsar, subjugar e escravizar os nativos. Para exemplo das primeiras investidas entre índios e exploradores, temos o infeliz navegador Juan Diaz de Solís, descobridor do rio da Prata, que nem ao menos chegara a desfrutar de muito tempo no Novo Mundo, pois “foi logo morto com muitos de seus companheiros” (ABREU, 1988:18). Em Pernambuco não foi diferente. Era bastante difícil viajar de Igarassu à Olinda sem ser acometido por índios, certamente os caetés, mesmo treze anos após a edificação da vila (ANDRADE, 2003:40). O fator invasor estava revestido de conscientes resistências do gentio, que “nos limites de suas possibilidades, foram duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade que lhes eram arrebatadas conjuntamente” (AB'SABER, 2003:83). Os ataques indígenas impregnaram notavelmente as primeiras décadas desta capitania, sobretudo o governo de Duarte Coelho. As guerras estavam nas porções do norte, em Igarassu e até Itamaracá; no raio oeste de Olinda, em Paratibe, localidade imprescindível para o comércio açucareiro; finalmente ao sul, que demandou exaustivas campanhas para findar os assaltos nativos.

Não só a aversão ao novo inimigo explica o ímpeto autóctone, pois isso contradiria a boa relação dos caetés com os franceses. A amistosa relação franco-indígena seguia o tradicional escambo, resguardando a autonomia dos nativos. Os portugueses se inseriram num espaço cultural totalmente diferente de seus moldes. As relações intertribais se amontoavam em um ciclo de combates, alianças e tradições. Espectador desta brutalidade aos olhos do estrangeiro e de interessante relato, Pero Magalhães Gandavo elucubrou esta face guerreira dos nativos, descrevendo-os como gente de pouca consideração à morte e de grande espírito para guerrear (1995:100). Para ele, a tradição do eterno combate se dá por meio de uma também incessante rotina de matanças e vinganças, sendo o fator primordial para que as tribos estivessem dispostas da maneira com que os colonizadores encontraram, ou seja, esmiuçadas em núcleos de desavenças e uniões. Ao tomar partido de algumas tribos por meio de alianças, os portugueses adentraram nesta cotidiana conjectura de lutas, para exemplo bastamos ter em mente o episódio da morte de Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, citado por Gandavo, que fora atacado pelos índios do rio Cricaré.

Para apaziguar as relações hostis entre nativos e portugueses, a Companhia de Jesus participa ativamente no processo de povoamento do território e cristianização de aldeias circundantes aos centros populacionais. Os aldeamentos inseriam os índios num ritmo de

trabalho e atividades católicas ditado pelos jesuítas, posteriormente desintegrando-os ao modo econômico e social dos europeus. Muitas vezes o comportamento do jesuíta rivalizava e ia de encontro aos interesses lusitanos (PRADO JÚNIOR, 2008:90). Preservando a condição de subsistência e sob proteção da Companhia, as aldeias ficavam nulas ao processo de escravização, despertando desavenças com a gente responsável por abastecer os engenhos de cativos: os bandeirantes. Recorrendo novamente ao relato de Gandavo (1995:122), ele evoca o papel fundamental que os padres tem no quesito administrativo deste comércio de escravos, postando-se contra as injustas investidas que os brancos tem feito aos índios e a barbaridade com que estas ações seguem. E de fato a Companhia de Jesus procurou regulamentar este impulsivo e desejoso apresamento de nativos, pois no ano de 1564 se estabelece, na Bahia, a lei que confere somente a escravização de tribos que tenham acometido contra os portugueses, impedido a propagação da fé católica ou praticado a antropofagia (COSTA, 1951:359).

No entanto, não podemos nos distanciar da condição que o índio estava posicionado no que diz respeito ao processo econômico colonial. Mão de obra recorrente na extração do pau de tinta e no esboço da monocultura canavieira, o braço nativo fora amplamente procurado – e sequestrado – nos primeiros tempos da colônia. Era um plano ibérico. Como disse Schwartz “Os primórdios da economia açucareira no Brasil foram tragicamente marcados pela história dos contatos entre portugueses e indígenas ao longo da costa” (2005:40) Utilizado pela coroa espanhola e também pela portuguesa, o trabalho escravo do autóctone americano diferia em região, logicamente, devido à disparidade social e tecnológica desses povos; além, é claro, da cifra populacional, afinal “As poucas centenas de milhares de índios conquistados pelos portugueses no litoral do Brasil nada representavam perto dos milhões de índios controlados pelos espanhóis” (KLEIN, 2004:20). A exploração na lavoura ou na extração do pau brasil não condiziam com o padrão do trabalho nativo, afinal, muitas das tribos encontradas na faixa litorânea e no sertão seguiam o seminomadismo, diferentemente do cenário andino, campestre durante muito tempo. Além desse quesito produtivo, o índio estava suscetível à uma série de doenças trazidas pelos colonizadores, dizimando, assim, boa parcela da população nativa, reduzindo a expectativa de vida e conseqüentemente barateando o preço do escravo da terra (SCHWARTZ, 2005:52). No caso de Pernambuco, o donatário empregou uma certa integração com o índio em condição social, casando seus colonos com as aldeãs e firmando o inicial acordo com os tabajaras, por exemplo (COSTA, 1951:311-312).

Nesta perspectiva de assimilações e conflitos, a conjectura política pernambucana da segunda metade do XVI clamava por soluções. Insegurança, demanda de braços cativos, isolamento de pontos da capitania, necessidade de expansão territorial. Tudo recaía contra o gentio inimigo. Sob a égide de Duarte Coelho a capitania se encontrava relativamente pacificada. Contudo, após sua morte, em 1554 (COSTA, 1951:306), ocorre uma série de sublevações indígenas que marca o início da campanha em direção à parte meridional da costa pernambucana.

2. Do sul ao sertão: fazendas, engenhos, escravos e rebanhos

O respeito à figura de Duarte Coelho, por parte de brancos e índios, se deu pela forçosa empresa que desempenhou para povoar seus domínios e edificar um próspero comércio na Nova Lusitânia, somando a perspicácia de integrar os gentios como aliados, por meio de casamentos das filhas dos líderes tribais. Esse segundo fator mostrou-se de grande valor na necessidade de combater os ataques indígenas (SCHWARTZ, 2005:33). O temor nativo à presença do donatário veio pelas vitórias decisivas e pelo esforço de seus aliados, alargando os campos livres para a colonização. A defesa do último assédio dos caetés à Olinda, onde Vasco Fernandes de Lucena teve curioso destaque, permitiu aos colonizadores pacificar o cinturão que envolvia a Marim, surgindo perto dali o engenho Nossa Senhora D'Ajuda, pertencente a Jerônimo de Albuquerque, em 1542.

O vigor de Duarte Coelho instigou a continuação deste conflito contra os caetés, expulsando seus inimigos além dos Guararapes e resultando em algumas expedições pela costa até o São Francisco, onde acharam embarcações francesas comercializando o pau de tinta com o gentio. Destas primárias expedições muitos cativos foram feitos, decorrentes das guerras intertribais e conferiu ao donatário, novamente, um temeroso respeito por parte dos índios, já que “não contentava pelejar em sua casa com eles, e com os franceses, mas ainda ia buscar fora com quem pelejar” (SALVADOR, 1982:118).

Como vimos, as primeiras viagens ao sul foram lideradas ainda pelo primeiro donatário. A criação do governo geral, em 1548, dedicava particularmente a Pernambuco a tarefa de reconhecer o território do rio São Francisco, atividade que Duarte Coelho fizera, ainda que não tenha encontrado o ouro que se esperava, nem a profundidade que lhe poderia ser vista. A verdade é que os índios caetés ofereceram motivos e exaustivas dificuldades ao povo lusitano, sobretudo ao donatário, que em seu tempo incansavelmente lutou para integrar seu domínio e aplicar seu ritmo colonizador. A cultura da cana, que caminhava vagarosamente, só encontraria possibilidade de crescimento após a morte de Duarte Coelho, quando no governo de sua esposa, Brites de Albuquerque, os portugueses conseguiram livrar os territórios da várzea do Capibaribe e de Paratibe do domínio indígena, lugares “onde se ergueram os primeiros engenhos e se fundaram os primeiros partidos de cana” (MELLO, 2000:99).

Da administração de Brites de Albuquerque, auxiliada por seu irmão, Jerônimo de Albuquerque, podemos novamente destacar os prejuízos que os caetés empregaram nas terras portuguesas, pois logo após a ida de Duarte Coelho para o reino, estes foram matando escravos e colonos, atacando suas fazendas e provocando novo caos aos moradores da capitania. Por meio da esperteza de Vasco Fernandes de Lucena, que convidou os líderes nativos para uma suposta aliança contra os tabajaras, embriagando-os, provocou intriga entre eles, descobrindo quais chefes dos caetés estavam acometendo os portugueses. Sendo assim, rompeu-se a unidade entre esse povo. Reunindo tabajaras, tupiniquins (COSTA, 1951:327) e os recém-separados da parte do ocidental, Jerônimo de Albuquerque ocupou as já citadas terras de Paratibe e da várzea do Capibaribe, chegando à floresta do pau brasil, na cidade de São Lourenço da Mata. Ofuscando essa importante vitória para a vida econômica da capitania, os caetés culpados refugiaram-se ao sul, na região de Cucuranas ao Cabo de Santo Agostinho, como também fizeram, anos antes, no sítio à Olinda contra Duarte Coelho. Os ferrenhos inimigos dos portugueses voltaram a atacar as fazendas, engenhos e pessoas, dando prosseguimento ao levante indígena, atingindo até regiões mais longínquas como povoações brancas e nativas do São Francisco (SALVADOR, 1982:162). Jerônimo de Albuquerque, reunindo novamente seus soldados, foi à luta, porém fora infeliz, sofrendo duro revés, que lhe custara também um olho.

A relevância destes focos de conflito fora de tão magnitude que demandou, ainda que se tenha incerteza disto, a presença do governador geral Duarte da Costa, em 1555, para o auxílio das querelas indígenas (COSTA, 1951:317); dimanando também na imediata volta dos herdeiros da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque e seu irmão, Jorge de Albuquerque, por ordem da regente Catarina da Áustria. Nelson Barbalho, por outro lado, aponta a violência imperativa de Jerônimo de Albuquerque Arcoverde, futuro libertador do Maranhão, como fator principal para a vinda dos filhos do primeiro donatário; sua contraofensiva aos caetés, de acordo com o autor, banhou de sangue ainda mais a Nova Lusitânia (1982:138). A iminência de sanar de uma vez as razias nativas provavelmente urgiu em 1560, decorrente do firmamento de novas alianças entre franceses e algumas tribos ao longo da costa brasileira, como tamoios, tupinambás, potiguares e os próprios caetés do sul (COSTA, 1951:351). Assim que chegaram, os irmãos incumbidos de dar cabo aos índios reuniram-se com o conselho de Olinda e, nomeando capitão da empreitada Jorge de Albuquerque, partiram para o confronto, que duraria exatos cinco anos.

De todos os lados, da governadoria geral à rainha regente, Duarte Coelho de Albuquerque sentiu a denodada pressa para a continuidade da exploração da capitania pernambucana, principalmente por serem as mais férteis as terras do Cabo. A indústria açucareira

marchava agora em seu próprio ritmo no ocidente da costa, livre de maiores preocupações com o indígena. E no êxito desta tarefa de expandir a ocupação portuguesa, a economia, como um todo, ganharia impulso. Notavelmente, o novo donatário teria esse plano em mente, vista a cifra que angariou de colonos de outras capitanias e habitantes do reino para aqui instalar engenhos e fazendas e, não obstante, para a guerra contra os caetés (SALVADOR:57).

O exército de Jorge de Albuquerque reunia gente de todos os cantos da capitania; veio de Igarassu seu capitão, Fernão Lourenço; de Paratibe chamou Gonçalo Mendes Leitão; Cristóvão Lins, alemão da várzea do Capibaribe, representante da empreendedora família Fugger de Augsburgo (SCHWARTZ, 2005:33). De Olinda se repartiram em companhias cada qual sua origem no reino português. Se alistaram moradores originários do Porto, comandados por Bento Dias de Santiago; de Lisboa por chefia de Gonçalo Mendes Delvas; por fim, João Paes liderava os vianeses, sempre recorrentes à história de Pernambuco. Juntaram-se ainda os índios caetés das imediações oeste e de outras tribos, somando entre eles vinte mil nativos (SALVADOR, 1982:171). A confluência de forças para o exercício de repelir o gentio do sul, diante destes fatos, pausou a normalidade econômica e social da capitania pernambucana. Dentre os notáveis líderes da companhia, muitos deles mercadores e fidalgos, abandonaram momentaneamente suas obrigações como senhores de terra para abraçar esta urgente questão, logicamente na espera de conquistar seu quinhão no despojo dos caetés.

O coligado exército português travou uma dura batalha inicial, porém, forçou a retirada dos inimigos, devido o puzilo de soldados que havia se reunido. As barreiras e armadilhas impostas pelos índios dificultaram a penetração dos soldados, contudo, como contavam com auxílio de seus nativos aliados para cobri-los com suas setas, a incursão na aldeia inimiga se deu pela anarquia e cansaço, vendo que a organização das tropas lusitanas se esfacelara. Aqui ficam claro duas ideias que permitem configurar o fazer da guerra autóctone e propriamente deste conflito que se desenrolou no Cabo, marco para a expansão litorânea. Primeiro, diferentemente do que está contido no relato de Gandavo (1995:108), os milhares de índios guerreiros não se digladiavam sem um traço estratégico em seus ataques, já que o episódio do socorro que Hans Staden prestou à vila de Igarassu, sitiada por caetés, em 1548, mostrou que os nativos também modificavam o meio, na construção de fortes e barricadas para obter proveito em suas razias (COSTA, 1951:243-245). Segundo, os caetés do Cabo não estavam propriamente cercados de inimigos, nem ao menos seus contrários da região de Cucuranas, Muribeca, ou até mesmo da Várzea do Capibaribe ameaçariam, naquele momento, alguma contraofensiva. Isso nos faz crer que eles estavam totalmente cientes das consequências dos assaltos aos escravos e brancos da capitania, e o preparo para a guerra evidencia iminência dela. Ao ver a retirada dos inimigos, notamos tamanha sagacidade que fora usada por Duarte Coelho de Albuquerque que temendo o regresso dos indígenas, utilizou-se da avoenga tática de terra arrasada, destruindo-lhes as casas e lavradores. Os índios, deste modo, trataram de encerrar sua longa guerra contra os colonizadores, suscitando num acordo (SALVADOR, 1982:171). Nesse caso, não sabemos o que acontecera propriamente aos caetés do Cabo após o tratado, já que foram apaziguados, afastados das principais terras, mas não há menção de uma escravização de sua totalidade, tendo em vista o completo repúdio que as autoridades nutriam pelos caetés, sempre contrários aos projetos lusitanos. Tanto Frei Vicente Salvador, como o poeta Bento Teixeira aduzem enfaticamente os termos de facilidade na tomada das aldeias dos caetés, propriamente o combate entre os dois contingentes. O segundo escritor, porém, destaca as vicissitudes nas viagens da campanha de Jorge de Albuquerque, que “pelos montanhas e desertos, verões e invernos, de noite e de dia, passou muitos e grandes trabalhos, sendo ele e a sua gente feridos muitas vezes, em pelejas a pé ou a cavalo” (COSTA, 1951:353).

Diante da vitória, o donatário resolveu lotear e repartir aquela valiosa terra, que nela surgiram fecundas fazendas e engenhos, em destaque para o sesmeiro e fidalgo minhoto João Paes que edificou oito deles e dois morgadios (ANDRADE, 2003:52), ou dez engenhos, como especula Evaldo Cabral de Mello (2000:22). De acordo com Sebastião de Vasconcelos Galvão, o

primeiro engenho construído fora o de Nossa Senhora da Madre de Deus, em 1557, onde três anos depois se instituiu como morgadio, escriturado vinte anos mais tarde, em favor de seu filho mais velho, João Paes, o moço (2006:200). A escassez de detalhes e fontes não nos permite enquadrar o tempo correto da construção deste engenho, que seria posteriormente chamado de engenho Velho. Em 1557, Duarte Coelho de Albuquerque e seu irmão Jorge de Albuquerque estavam ainda em Portugal, deixando a capitania sob os cuidados de sua mãe, D. Brites de Albuquerque, assim como o Cabo de Santo Agostinho estava como reduto dos caetés. Dos outros engenhos construídos, são eles: Jussiraca, Guerra, Trapiche, Ilha e Santo Estevam, poucas informações nos são fornecidas. O morgado do Jussiraca é instaurado em 1614 em favor de D. Catharina Barreto, filha do primeiro sesmeiro (2006:352). O engenho Guerra fora edificado na margem esquerda do riacho do Gurjaú, sem estimativa de data, porém, confiscado pelos holandeses em 1638 (2006:303). O Trapiche e o Santo Estevam foram fundados no mesmo ano, 1580, sendo este segundo edificado na região do rio Muribeca, ao norte. Do restante das terras conquistadas, foram estas aproveitadas não só para o cultivo da cana, mas para o abastecimento de víveres de Olinda e dos engenhos adjacentes, produzindo farinha de mandioca, cereais e fumo, bem como criando gado e pescando nos rios da região. O solo para a agricultura era de tão boa qualidade que os portugueses, assim que se instalaram e demarcaram suas propriedades, nada mais fizeram do que comerem o fruto do plantio indígena e replantarem nas mesmas covas (SALVADOR, 1982:173).

Ao passo do terceiro sucesso no alargamento dos domínios efetivos lusitanos, as expedições portuguesas reuniram-se mais uma vez para o combate, dessa vez em defesa de seus antigos inimigos, agora aliados, os caetés do Cabo. O convite, na forma de assaltos aos índios apaziguados, foi enviado por contrários do rio Serinhaém e reafirmado sob uma ríspida ameaça feita aos portugueses, dizendo que estes não eram seus inimigos, mas que não temiam guerrear contra os lusitanos se assim fosse (ANDRADE, 2003:52). Tamanha arrogância impulsionou a proclamação de uma guerra justa que, comandada por Jerônimo de Albuquerque Arcoverde e o florentino Felipe Cavalcante, reverberou pelo sertão da capitania, aumentando ainda mais o temor indígena aos portugueses da Marim. Por consequência disso, os apresamentos atingiram números elevados – em detrimento da queda de preço do escravo –, sobretudo pelo ímpeto de Duarte Coelho de Albuquerque em exportar demasiadamente os cativos capturados no rio São Francisco, ato que fora repreendido por seu tio Jerônimo e seu irmão Jorge de Albuquerque (SALVADOR, 1982:173). Neste contexto aparece o padre Antônio de Gouveia, famoso Padre do Ouro, que tido como mágico, conseguiu escravizar largas cifras de autóctones, sendo preso em 1571, e acusado pela Inquisição, entre outras coisas, de praticar crueldades contra eles (COSTA, 1951:394).

Neste período da tomada definitiva do litoral e das primárias viagens ao centro das terras brasileiras, algumas das expedições ao São Francisco remeteram novos apresamentos, seja sob ordem do governador Luís de Brito de Almeida, que incumbiu Sebastião Álvares e João Coelho de Sousa, ou pelo próprio donatário Duarte Coelho de Albuquerque, que mandou em viagem Francisco de Caldas e Gaspar Taide junto com os tabajaras, expedição esta que terminou de forma trágica pela ganância portuguesa em escravizar seus próprios companheiros, pois foram mortos antes disso (COSTA, 1951:412); tal episódio desencadearia na aliança entre tabajaras, chefiados por Braço de Peixe, responsável pelo extermínio do grupo de Caldas e Taide, e potiguares da Paraíba, antigos inimigos destes primeiros (ANDRADE, 2003:55). Ainda houve a campanha de Francisco Barbosa da Silva, em 1578, que sem sucesso, voltaria à Olinda, desanimado. Certamente, explorar o rio São Francisco determinava sempre a esperança de descobrir as riquezas metálicas, muito embora do que lá traziam fossem sempre índios aos milhares.

Os irmãos herdeiros de Duarte Coelho conseguiram expandir seus domínios de quinze a vinte léguas, da costa ao sertão (BARBALHO, 1982:139), quando na época de seu pai nenhum colono se atreveria a andar por mais de duas léguas ao redor da Marim. Trouxeram paz àqueles

que viandavam pelas vilas e povoados, distribuíram terras aos colonos e heróis da armada contra o gentio, forneceram escravos ao Reino e senhores de engenho locais; percorreram o São Francisco, dentre outras atividades. Cumpriram certamente suas expectativas, da governadoria geral – principalmente com o último revés que levaram os franceses da Guanabara ao tentar assaltar o porto do Recife em 1561 – . Contudo, ao custo de muito sangue derramado, queda no preço do cativo indígena, dispendiosas guerras “justas”, uma delas resultou na citada aliança entre tabajaras e potiguares, dando início a Revolta de Iniguassú, na Paraíba. Deixando sua capitania nas mãos de sua mãe, D. Brites de Albuquerque, em 1572, Duarte Coelho de Albuquerque vai para o Portugal, onde passa mais seis anos, até ser convocado a juntar-se ao rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir. Na desastrosa batalha, o donatário morre, assim como o rei, deixando Nova Lusitânia para seu irmão, que também lutara nesta infeliz escaramuça (COSTA, 1951:466-467).

Manuel Correia de Andrade aponta que a organização econômica da capitania, no quesito agroexportador, rendeu subsídios suficientes para empreender a ocupação do sul, mostrando que o nativo não mais representaria uma ameaça a integridade dessa expansão (2003:53). Seguramente, os empreendimentos açucareiros nas regiões da Várzea do Capibaribe e de Paratibe impulsionaram a economia pernambucana, tendo em vista que a produção do açúcar se estabeleceu em meados do século XVI e apontava o nordeste como seu sólido ponto de concentração (SCHWARTZ, 2005:34). De 1566 a 1568, várias sesmarias vão sendo doadas a fidalgos e homens de posses, onde engenhos são levantados nas proximidades do rio Jaboatão e Muribeca e outros, mais distantes, no Cabo. O despertar da indústria do açúcar não só elevava os capitais de seus empreendedores como iniciou a formação de uma estrutura aristocrática baseada na propriedade canvieira. Exemplo melhor disso é o legado deixado pelo já comentado João Paes Barreto, que nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, fora “o primeiro senhor de engenho a concretizar o sonho, dificilmente realizável, de uma açucarcracia prolífica: deixar um engenho para cada filho (2000:23). Além dos morgadios instaurados por ele, seu sogro detinha um engenho na várzea do Capibaribe. Posteriormente, em 1586, João Paes Barreto e o fidalgo alemão Cristóvão Lins vão dividir em extensas propriedades a região que compreende desde o Cabo de Santo Agostinho, passando pelas terras do rio Serinhaém até o início de Alagoas. Os dois sesmeiros vão edificar engenhos e gadarias e comercializá-las entre si. Cristóvão, inclusive, será o primeiro a levantar engenhos e pastos em Porto Calvo, sendo ele o conquistador daquelas terras (COSTA, 1951:574). Os engenhos levantados nas proximidades do rio Muribeca por Arnal de Holanda afortunaram seu clã que, através de bons casamentos e de uma fidalguia prévia, o perpetuou no seio da elite produtora pernambucana (idem:100-101). Em resumo, a nascente empresa açucareira mobilizou os recursos para combater os índios do Cabo e, com isso, expandiu-se ainda mais, elevando o número de engenhos construídos, fortalecendo os vínculos aristocráticos da elite do açúcar, transformando o fim do XVI e o primeiro quartel do XVII no período áureo da capitania quartina (ANDRADE, 2003:57).

A mão de obra indígena tornou-se mais requisitada, devido os doze anos de enfrentamentos que as tropas portuguesas enveredaram no litoral e notavelmente pela política empregada por Duarte Coelho de Albuquerque. A conquista do sul da capitania abria novos espaços para o cultivo e fortalecia as empresas já estabelecidas, abastecendo-as de novas peças produtivas. O braço do cativo progredia a produção do açúcar, porém as guerras para a escravização nativa se mostravam desastrosas, pois “à medida que a economia local se expandia, diminuía em número e eficiência também” (KLEIN, 2004:20). A demanda crescente dos engenhos por escravos nativos, de 1570 a 1580, encontrava fornecimento nas bandeiras interioranas, embora os fatores contrários à mão de obra do índio – baixa expectativa de vida e inabilidade nas tarefas industriais do açúcar – inquietassem a Coroa para o fim dessa atividade, optando pela transferência para o tráfico africano já em 1570. Para Schwartz, seguiu-se “uma conjunção de fatores demográficos, econômicos e políticos que evidenciaram os riscos de uma economia alicerçada no trabalho escravo ou forçado dos indígenas” (2005:52). Certamente, os aspectos demográficos referem-se na dificuldade de encontrar índios escravizáveis, pois o gentio

fora dizimado pelo litoral, e os que sobraram estavam apaziguados e integrados à chefia de Olinda, sendo necessário descer o São Francisco para executar tal tarefa. A economia, como já citamos, estava escasseada de escravos pela grande quantidade de engenhos construídos, somando isso à melhor adaptação do negro nas relações de trabalho do fabrico do açúcar. Para Klein, “a decisão de recorrer à mão de obra africana condicionou-se apenas à disponibilidade de capital para a importação” (2004:20). Politicamente, podemos destacar a lei de 1570 que conferia liberdade aos índios desta terra e proibia qualquer tipo de apresamento que não fosse reconhecido pela Coroa ou pela governadoria como guerra justa (COSTA, 1951:389), assim como na década de 1580, com a União Ibérica, a ideia de cessar o trabalho escravo indígena ganhou reforço, já que a burguesia portuguesa “se aplicava no tráfico de pretos para a América. [...] Essa mesma burguesia obterá de Filipe II, o *asiento*, fazendo o transporte de negros escravos” (AB'SABER, 2003:199).

O trabalhador livre, neste cenário, dedicava-se ao minifúndio, culturas secundárias e terciárias – como o algodão ou tabaco –, bem como qualquer ofício distante do que fosse submeter-se à mesma tarefa que um cativo, fosse ele negro da Guiné ou negro da terra, este segundo termo caindo em completo desuso com a importação africana (SCHWARTZ, 2005:58). Mulatos e degredados migrariam para o sertão da colônia a partir de 1580, após a pacificação da capitania, intensificação da mão de obra africana e início da pecuária interiorana, pois a criação de reses permitia, sobretudo, a possibilidade de ascensão social do trabalhador pobre, liberto ou livre, independente da monocultura da cana (BARBALHO, 1982:135). Além, é claro, do espírito desbravador do viajante pecuarista. O crescimento populacional da capitania, entre livres e escravos, pressionava uma zona da mata já ocupada. Olinda, com seus engenhos, tornou-se centro das elites e da ostentação de riquezas. Fugindo do padrão colonizador do qual permeou mais de cinquenta anos a capitania de Pernambuco, a política filipina, de certa forma inovadora, prezou a penetração de fato no território brasileiro, utilizando-se de um conjunto de acontecimentos próprios para mirar o sertão. Como escreveu Aziz Nacib Ab'Saber “Coincide com o período dos Filipes com o incremento da expansão provocada pelo gado, com a penetração e a conquista do Nordeste, com a expulsão dos franceses, com o impulso que irá provocar o bandeirismo” (2003:202).

Dos primeiros navios que chegaram aqui para dar início a colonização, certamente alguns deles trouxeram poucas cabeças de gado para o uso nos engenhos trapiches e nos moinhos. Porém, o primeiro a importar reses para o pastoreio foi o governador geral Tomé de Souza, como escreveu Gabriel Soares. Desta forma, poucos anos mais tarde, a reprodução do rebanho já permitia seu alastro para fora da Bahia, na tentativa de permear o território do São Francisco. Um alvará régio de 1563 garante que o governador pudesse enviar as cabeças de gado para qualquer capitania (BARBALHO, 1982:139). No caso pernambucano, não há fontes claras para a pecuária quinhentista, ao menos alguns documentos como a escritura de venda do engenho Pirapama (COSTA, 1951:573) e a doação de uma sesmaria, em 1596, a João da Rocha Vicente, tido como povoador da região do rio São Francisco e junto com seu genro, Sebastião da Rocha Dantas, prestou serviços defendendo as ditas terras de índios e negros fugidos (BARBALHO, 1982:216). O sertão dos caatingais, como região de clima e vegetação penosa, fora evitado pelos primeiros colonos, que alegavam falta de campos (ABREU, 1988:52). Na pressa da interiorização colonizadora e a necessidade de difundir os rebanhos inchados do Recôncavo, a caatinga de mata rasteira mostrou-se inevitável e, após os primeiros contatos, suscetíveis ao gado. Diferentemente do que Capistrano de Abreu apontara, Nelson Barbalho escrevera que “ao longo do século XVI a pecuária também ficou restrita à faixa litorânea, mesmo porque poucos eram os que ousavam penetrar além de poucas léguas da costa” (1982:218). Verdadeiramente a criação de bois em Pernambuco precisou adaptar-se a três cenários diferentes. Primeiro, como Barbalho cita, os engenhos mantinham suas reses paralelamente aos canaviais e fábricas de açúcar. Além de necessitar de um pronto abastecimento de uma massa trabalhadora, uma diminuta parte do gado era empregado na moagem dos trapiches. Nesse ponto, regiões como Cucuranas (ANDRADE,

2003:110), Cabo de Santo Agostinho, Serinhaém e Porto Calvo eram os celeiros de mantimentos, não só de carne bovina, responsáveis por alimentar os engenhos fabricantes do ouro branco. Segundo, regiões litorâneas espaças como Alagoas abrigaram perfeitamente bem a gadaria vinda da Bahia ou Pernambuco. Como região produtora de açúcar, mantimentos, aliou-se a outra economia, na criação bovina. Terceiro e último ponto, os caatingais. Fora preciso, como elucubrou Capistrano de Abreu, domar primeiramente o colono a abraçar a vida pecuarista no sertão, para então começar a desenvolver-se os pastos nordestinos, tal qual a política interiorana filipina, no início do século XVII, desejava. Numa herança de caminhos, vicissitudes e necessidades, a colonização de pernambuco encontrara em novo ponto para firmar seus limites geográficos, construir novos espaços e sociabilidades, consolidando um novo formato econômico. Em uma busca pelo sertão, expandindo as conquistas da Nova Lusitânia, tal qual se fez primeiro ao sul no Cabo de Santo Agostinho, sendo, cada período à sua maneira, todos elementos de uma mesma expansão pernambucana.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento no brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- AB'SABER, Aziz Nacib et al.; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda Época colonial, v.1: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Economia Pernambucana no século XVI. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.
- BARBALHO, Nelson. Cronologia pernambucana: subsídios para a história do agreste e do sertão — até 1600. Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, 1982.
- COSTA, F.A. Pereira da. Anais pernambucanos vol. I. Recife, Arquivo Público Estadual, 1951.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Dicionário corográfico, geográfico e estatístico de pernambuco. Recife: CEPE, 2006.
- GANDAVO, Pero de Magalhães de; organização e apresentação de Leonardo Dantas da Silva. Tratado da terra & história do brasil. Recife: Editora Massangana, 1995.
- KLEIN, Hebert S. O tráfico de escravos no atlântico. Ribeirão Preto, Sp: FUNPEC Editora, 2004.
- MARQUES, Adhemar Martins et al. História moderna através dos textos. São Paulo: Contexto, 2010.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O nome e o sangue: umaparábola familiar no pernambuco colonial. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- SALVADOR, Frei Vicente do. História do brasil: 15001627. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.